

## DISFARCES E CAUTELAS: O GOVERNO DE LUIS DE ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CÁCERES E O CONTRABANDO NA FRONTEIRA OESTE DA AMÉRICA PORTUGUESA

Nauk Maria de Jesus  
Prof.<sup>a</sup> Adjunta do Curso de História  
da Universidade Federal da Grande Dourados (jnauk@hotmail.com)

A capitania de Mato Grosso, criada no ano de 1748, estava localizada na fronteira oeste da América portuguesa e fazia limites com os governos de Moxos e Chiquitos, pertencentes aos domínios espanhóis. Ela era constituída por duas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), sendo esta última a capital. Enquanto o primeiro governador da capitania, Antonio Rolim de Moura (1751-1765), foi recomendado a restringir os contatos com os territórios hispânicos, o quarto, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789) foi convocado a promovê-los. Neste sentido, este texto tem como objetivo apresentar as instruções referentes ao contrabando enviadas por autoridades do Reino a Luis de Albuquerque, e, sobretudo, destacar a viagem feita pelo alferes Manoel José da Rocha do Amaral, em 1775, para a província de Moxos. Esta viagem foi ordenada pelo governador e o seu relato revela as possibilidades de efetivação do comércio, assim como a participação de autoridades laicas e religiosas dos domínios hispânicos nos negócios. Este último dado evidencia a existência da formação de uma rede comercial que estava sendo tecida entre os dois impérios ibéricos por meio da fronteira oeste.<sup>1</sup>

Acatando as análises de Ernst Pijning<sup>2</sup> e Zacarias Moutoukias<sup>3</sup> consideramos que o comércio ilegal fazia parte da sociedade colonial e envolvia diferentes grupos que competiam e cooperavam entre si, estabelecendo redes a partir de suas participações no contrabando. Segundo Pijning, essa prática afirmava e não contradizia a autoridade real. Neste sentido, o comércio ilegal tolerado era um comércio controlado, permitido pelas pessoas cujas funções oficiais pressupunham exatamente combatê-lo. Isto significa dizer que era mais importante quem praticava o comércio e não o quanto era praticado. Administradores, clérigos e oficiais militares

---

<sup>1</sup> Este texto tem como base um dos capítulos de minha tese de doutorado em História. Nauk Maria de Jesus. *Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado em História, PPGH, UFF, Niterói, 2006. (capítulo 10)

<sup>2</sup> Ernst Pijning. *Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century-Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado: Baltimore, Maryland, 1997, p. 04.

<sup>3</sup> Zacarias Moutoukias. "Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites. Buenos Aires en el siglo XVII. *Anuario del IEHS*, Tandil, 1988, p.213.

difícilmente eram processados e se o fossem raramente o processo correria até o seu final. Além do mais, ter posses e boas conexões no reino e no ultramar poderia determinar o grau de punição. No interior da efetivação do comércio ilegal havia hierarquias e isto fazia com que ocorressem conflitos entre as autoridades, já que a jurisdição de um administrador determinava sobre qual parte do comércio ilegal ele exerceria controle.<sup>4</sup>

Deste modo, o rei controlava as diferentes instâncias do governo, o comércio e a estrutura administrativa, elaborava sistemas de fiscalizações e legislações, decidia judicialmente, mudava os oficiais de postos e lugares quando lhe parecesse conveniente, dinamizando dessa forma o comércio ilegal e evitando que autoridades régias escapassem do seu controle. Havia uma simbiose de interesses e negociações entre os contrabandistas, muitas vezes pertencentes ao corpo administrativo, e o rei. Quando as ações dos contrabandistas escapavam do controle régio, as atividades ilícitas passavam a fazer parte do comércio condenado.<sup>5</sup>

### **Na rota do contrabando na fronteira oeste**

A penetração do europeu no planalto de Chiquitos e na planície de Moxos desencadeou-se através de diferentes centros irradiadores: as cidades de Assunção e de Santa Cruz de La Sierra. Antes da fundação de Santa Cruz, foi fundada a cidade de La Prata, que mais tarde voltou a ser chamada pelo nome indígena Chuquisaca. Posteriormente, ela mudou de nome para Charcas e na época da Bolívia independente foi chamada de Sucre.

Em 1559 foi fundada a Real Audiência de Charcas, criada pelo rei Filipe II e estabelecida em 1561. Inicialmente ela constituiu-se num tribunal de justiça. De sua fundação até 1778, a Audiência de Charcas dependeu do vice-reinado do Peru, mas após essa data, foi criado o vice-reinado do Prata e Charcas, que passou a ser um organismo próprio com quatro províncias: Chuquisaca ou La Prata, La Paz, Potosi e Santa Cruz.

A primeira missão da província de Moxos foi dedicada a Nossa Senhora de Loreto (1682), mas por volta de 1743 os jesuítas fundaram as missões no Guaporé: Santa Rosa (1743), São Simão (1746) e São Miguel (1746). Esta província possuía mais de vinte missões, originalmente erguidas próximas aos rios navegáveis e que por meio deles manteve durante o século XVIII um comércio regular com Santa Cruz. A

---

<sup>4</sup> Ernst Pijning. Op.cit., p. 226. No capítulo 6, o autor discute a política de punição com base em estudos de casos de pessoas condenadas por comércio ilegal.

<sup>5</sup> Idem. Op.cit, p. 8.

província de Chiquitos também mantinha contatos comerciais com Santa Cruz e possuía no total dez unidades.<sup>6</sup>

Ao criar a capitania de Mato Grosso e estabelecer a sua capital Vila Bela na raias da fronteira, a Coroa portuguesa buscava efetivar as suas conquistas, ao mesmo tempo em que visava deter o avanço das missões jesuíticas espanholas nas suas tentativas de se estabelecer na margem direita do rio Guaporé. A proximidade com as missões espanholas preocupava a Coroa e os seus governadores, como se percebe nas instruções passadas pelo rei ou nas de um governador a outro.

A instrução passada em 1749 ao governador e capitão-general Dom Antonio Rolim de Moura recomendava que ele deveria evitar as queixas e os distúrbios que pudessem ocorrer entre os súditos dos governos português e espanhol, pois a capitania era muito próxima das missões de Chiquitos, de Moxos e do governo de Santa Cruz de La Sierra. Acrescentava também, que no ano de 1743,<sup>7</sup> após contatos dos súditos portugueses com a missão de São Miguel, localizada na Província de Moxos, os jesuítas espanhóis fundaram uma aldeia sob invocação de Santa Rosa, na margem ocidental do rio Guaporé, com o objetivo de tomar posse da rota de navegação e de impedir o trânsito português. Segundo as instruções, Rolim de Moura, a fim de evitar que os índios da aldeia de Santa Rosa penetrassem no território luso e descobrissem as minas de ouro, deveria persuadir as pessoas a se estabelecerem com sesmarias no contorno dessa missão.<sup>8</sup>

Contudo, no confronto ocorrido na década de 1760, os espanhóis foram expulsos aldeia de Santa Rosa e em 1761, ano do distrato de El Pardo, ela foi transformada em Fortim Nossa Senhora da Conceição. Este, no entanto, foi atingido por várias enchentes, e em 1771, teve suas dependências quase totalmente destruídas, por estar localizada em terreno baixo e alagadiço.<sup>9</sup> Vale ressaltar que muito próximo ao antigo Fortim de Nossa Senhora da Conceição, na confluência dos rios Guaporé e Itonamas, foi erguido em 1778 o Real Forte Príncipe da Beira. Em

---

<sup>6</sup> Denise Maldi Meireles. *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Vozes: Petrópolis, 1989, pp. 65-67.

<sup>7</sup> O português Manuel Félix de Lima radicado no arraial de São Francisco Xavier estava seriamente endividado. Sabendo das notícias de existência das missões espanholas, uniu-se a outros portugueses que estavam na mesma situação e seguiram o rio Guaporé abaixo, fugindo de dívidas e tentando estabelecer comércio. Nessa incursão chegaram a aldeia de São Miguel e Santa Madalena, pertencentes a Província de Moxos. Ver Denise Maldi Meireles. Op.cit., p. 108; Robert Southey. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Obelisco, 1965. Vol. 5, pp. 274-306. Este autor teve acesso aos manuscritos deixados por Manuel Félix de Lima.

<sup>8</sup> Instrução da Rainha D. Mariana de Áustria para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa 19/01/1749. In. *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 14.

<sup>9</sup> Suelme Evangelista Fernandes. *O Forte Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, Dep. de História, ICHS, UFMT, Cuiabá, 2003, p.36.

diferentes momentos, ambos serviram como ponto de partida e de chegada de oficiais lusos e espanhóis que transitavam de um domínio para outro, muitas vezes levando produtos contrabandeados. Isto significa dizer que os fortes edificadas na capitania de Mato Grosso, serviriam tanto como ponto de defesa quanto como entreposto comercial.

Por meio das viagens realizadas por oficiais dos domínios portugueses até os de Castela, a Coroa ficava informada da localização, força e intenções dos espanhóis. Além do mais, muitas informações acerca das relações diplomáticas entre Espanha e Portugal eram trocadas por esses homens que viviam na fronteira.

### **Luís de Albuquerque e as instruções sobre o contrabando**

Já o governador Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772) na sua instrução para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789) foi enfático ao tratar do *comércio de contrabando* pelas províncias de Moxos e Chiquitos. Segundo ele, aquelas províncias eram unicamente habitadas por índios, *mais miseráveis do sertão*, pois não produziam mais do que gados, arroz e algodão, gêneros que a capitania de Mato Grosso não necessitava, promovida nela à agricultura. As trocas que faziam eram por *quinquilharias que os diretores mandam vir do Peru*. Isto tudo, feito debaixo do completo *sigilo*, pois as instruções dadas a Antonio Rolim de Moura proibindo o comércio com os castelhanos continuavam em vigor. Tanto que, segundo Souza Coutinho, os governadores espanhóis, para se valerem na Corte, tinham receio do contrabando realizado pelos portugueses.<sup>10</sup>

Entre os anos de 1752 e 1772, podemos dizer que as informações sobre os domínios espanhóis e os contatos foram sendo estabelecidas por meio da fronteira oeste, mesmo com o estado de guerra entre Espanha e Portugal. No âmbito da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) o reino luso foi invadido por um exército-franco espanhol (1762), enquanto o governador de Buenos Aires conquistava a Colônia de Sacramento e parte dos territórios da capitania do Rio Grande de São Pedro (1763). No ano seguinte, a paz foi restabelecida pelo Tratado de Paris (1763), tendo os castelhanos devolvido Sacramento, mas não os territórios do Rio Grande, recuperados por força entre 1767 e 1776.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Instrução de Dom Luis de Pinto de Souza Coutinho para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24/12/1772. In: *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, pp.41-42.

<sup>11</sup> Francisco Bethencourt. "A América portuguesa". In: "A América portuguesa". In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Vol. 3. Espanha: Temas e Debates, 1998, p. 240.

Partindo da capital Vila Bela, as comunicações com os domínios hispânicos gradativamente foram sendo estabelecidas, pois se a Colônia de Sacramento estava no cerne das disputas bélicas, os portugueses precisavam buscar um novo caminho para as minas de prata. Nesse contexto, a capitania de Mato Grosso parecia ser uma opção.

Por sua vez, o secretário de estado Martinho de Melo e Castro instruiu Luis de Albuquerque a embarçar o comércio com os castelhanos pelo caminho terrestre, permitindo-o somente pelo rio. Lembrava que era conveniente promover, por todos os meios que fossem possíveis, o comércio com as aldeias castelhanas, pela *facilidade e bom mercado com que lhes podemos introduzir os gêneros de que necessitam*. Isso deveria ser feito com todo cuidado e *com tal disfarce* que não parecesse que o governador promovesse e tivesse ordem para assim agir.<sup>12</sup>

Recomendava ainda ao governador receber com agrado os habitantes das aldeias castelhanas, principalmente os *passadores de fazendas*, que cresceriam em número na medida em que o comércio aumentasse. Por meio desse contato, também seria possível saber tudo o que se passava nos domínios de Castela. Embora o comércio com os castelhanos fosse incentivado, era preciso ter vigilância sobre eles, para que não fossem introduzidos espíões em lugar de homens de negócio. O governador deveria distinguir os *bons dos maus castelhanos*, fazendo com que eles soubessem que os primeiros seriam recebidos entre os portugueses com *toda boa fé* e os segundo com *todo rigor e severidade das Leis*.<sup>13</sup>

Nessa instrução ficava explícita a prática do comércio clandestino, que apesar de estar assentado no segredo e na cautela, era estimulado por autoridades metropolitanas. Expressões como *introduzir com disfarce, debaixo do segredo, cautelas e segredos, missão secreta, sigilo* são evocadas nas correspondências das autoridades. O segredo era uma das armas mais importantes no estabelecimento do comércio clandestino, de caráter oficial, como ocorria em Sacramento. Com essas ações, cujas instruções partiam de ministros lisboetas, e eram seguidas pelos governadores da capitania de Mato Grosso, a Coroa desenvolvia certa política de comércio clandestino.

No Império português, o segredo partia da sua principal autoridade: o rei. Quando era conveniente à Coroa, ele o autorizava e incentivava, contando para a sua efetivação com uma rede envolvendo diferentes pessoas da administração régia e

---

<sup>12</sup> Carta de Martinho de Melo e Castro para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13/08/1771. IN: *Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 81.

<sup>13</sup> Carta de Martinho de Melo e Castro para Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13/08/1771..., p. 81.

local, assim como militares e pessoas comuns, unidas por laços familiares, comerciais ou de dependência, de ambos os domínios ibéricos. Cada indivíduo dava sentido a esse empreendimento e tinha um papel a desempenhar. Como dissemos anteriormente, o comércio ilegal fazia parte da sociedade colonial e envolvia diferentes grupos que competiam e cooperavam entre si, estabelecendo redes a partir de suas participações no contrabando.<sup>14</sup>

As redes de poder eram constituídas por relações entre diferentes atores históricos em variados territórios no interior dos impérios ultramarinos. Relações, essas, não apenas assentadas nas redes clientelares, mas também nas de parentesco e de apadrinhamento que aproximavam e afastavam diferentes indivíduos e grupos, estabelecidos no Reino e no ultramar, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Mais que isso, as redes de poder não se limitavam às relações políticas, pois a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela.<sup>15</sup>

Uma das redes tecidas na fronteira oeste envolvendo oficiais portugueses e castelhanos pode ser notada a partir da viagem feita pelo alferes Manoel da Rocha do Amaral, embora muitas outras também permitam essa constatação. Para o governador Luis de Albuquerque, que havia entrado em contato com diferentes pessoas estabelecidas próximo à Missão de Moxos, tal comunicação franquearia os *meios e o caminho de introduzir o pretendido contrabando dos países mais internos de Chuquesaca ou Potosí*, que pela sua riqueza e abundância, possibilitaria concretizar os interesses das *Paternalis Providências de Sua Majestade*.<sup>16</sup>

### **A viagem do alferes Manoel José da Rocha do Amaral**

O alferes Manoel José da Rocha do Amaral, em 1775, foi encarregado pelo governador Luis de Albuquerque de levar alguns *mimos pretextados como melhor pude ou bem rebuscados subornos* ao presidente da Real Audiência de La Plata, ao governador e capitão-general de Santa Cruz de La Sierra, ao bispo da mesma localidade, ao governador de Moxos e aos vários curas das Missões subordinadas à

---

<sup>14</sup>Defendendo esta perspectiva de análise ver Zacarias Moutoukias. Op.cit., p.213. Ernst Pijning. Op.cit., p. 04.

<sup>15</sup> Maria de Fátima Silva Gouvêa, Gabriel Frazão e Marília Nogueira dos Santos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735. *Topoi*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFRJ. V. 5, n. 8, jan. - jun., 2004, pp. 96- 137.

<sup>16</sup> Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro João Pereira Caldas para o secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Pará, 20/06/1774. Cd rom 8, rolo 79, doc. 560 - AHU-PA.

Santa Cruz. Manoel foi escolhido por ser hábil em tal serviço e freqüentemente realizá-lo. Ele deveria introduzir nos domínios hispânicos *alguns efeitos* com disfarce.<sup>17</sup>

Neste momento, a província de Moxos era governada por D. Leon Gonzales de Velasco (1773-1777). O alferes Manoel José da Rocha do Amaral partiu da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, e ao chegar à missão de Exaltação, foi recebido pelo cura do lugar com muita alegria e, durante a noite lhe foi oferecido uma *grandioso baile de índios*. A intenção do alferes era passar em seguida para a missão de São Pedro para entregar os presentes a D. Leon. O cura, no entanto, lhe dissera que o governador estava de partida para Santa Cruz e não se sabia quando voltaria. Mas as instruções do alferes era que entregasse os presentes ao governador pessoalmente.<sup>18</sup>

O alferes não indicou com precisão para onde seguiu, mas parece ter passado para a missão de São Pedro. Ao chegar foi recebido com o costumado festejo. Novamente não encontrou D. Leon que já havia partido para Santa Cruz. Nessa viagem obteve informação de um tal José Franco. Segundo o alferes Manoel, este Franco era *uma espécie de pequeno contrabandista ou que o deseja o ser*. Certo é que ele, posteriormente, deu várias informações ao alferes sobre a situação da administração nas missões, sobre a iminência de uma guerra entre os reinos ibéricos e sobre o comércio. O tal Franco ainda o informou que D. Leon tinha sido chamado pelo provedor da Coroa, André Mestre, e seria substituído por D. Antonio Neira porque as coisas andavam *muito bulidas*. A saída de D. Leon da administração era comentada e alguns estimavam que ficasse D. Antonio, que seria *melhor para o contrabando, que D. Leon é um bem trapalhão*.<sup>19</sup>

Franco ainda lhe informou que havia alguns indivíduos querendo entrar na capitania de Mato Grosso com mulas por meio da província de Chiquitos, mas o alferes foi claro e recomendou que o melhor negócio era a prata. Por sua vez, Frei Antonio, religioso de uma das missões espanholas, entregou ao alferes toda a prata que tinha e ainda ficou lhe devendo cento e vinte pesos. O alferes Manoel, além dos pesos levou consigo para Vila Bela cartas de D. Leon e uma de um tal *Jacinto*, nome

---

<sup>17</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775. Cd rom 4, rolo 143, doc. 279 - AHU- MT.

<sup>18</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775. Cd rom 4, rolo 143, doc. 279 - AHU- MT (anexo carta Manoel José da Rocha Amaral de 26/06/1775).

<sup>19</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775. Cd rom 4, rolo 143, doc. 279...

fictício de Franco. O conteúdo desta era que *só uma pessoa tratasse para estas Missões, e juntamente que bom era que os pedestres fossem sempre os mesmos.*<sup>20</sup>

Segundo o alferes Manoel, enquanto esteve na missão de São Pedro chegou o inglês João Madan, cunhado de um Frei chamado Caetano estabelecido naquela localidade. O inglês lhe deu notícias de que dois mil homens marchavam de Potosi para Chuquesaca e talvez seguissem para Cochabamba, por seus moradores terem se levantado três vezes contra o pagamento dos impostos régios. A intenção do procurador da Coroa André Mestre era castigá-los e caso resistissem em pagar, *que os passassem à espada.* Segundo João Madan, treze naus, duas grandes e as demais pequenas, tinham trazido seis mil homens e estavam no Rio da Prata. Além disso, informou que os lugares pelos quais passou eram desgovernados e em nenhum havia defesa alguma. Segundo o alferes Manoel, o objetivo desse inglês era praticar o contrabando, trazendo prata.

As negociações com o inglês parecem ter tido resultado, pois no dia 24 de junho de 1775, o alferes Manoel José da Rocha chegou *com* D. João Madan na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, sob o *pretexto* de que ele passaria para outra missão. Ele foi bem recebido, e ao partir, foi assistido com o que era preciso pela Fazenda Real da capitania de Mato Grosso. O tal João Madan disse que foi piloto e que tinha navegado para vários portos da América e da Europa.<sup>21</sup>

Como se observa o relato de viagem apresentado pelo alferes Manoel José da Rocha, apesar de ter a redação truncada, talvez propositalmente, permite acompanhar os contatos realizados com autoridades laicas e religiosas dos domínios hispânicos. Essas pessoas ao serem cooptadas, comporiam a rede comercial instalada entre os dois impérios por meio da fronteira oeste. Essa rede, além de estar assentada na cumplicidade e no segredo, era ligada por laços familiares e de dependência, pois como se viu, o inglês era casado com a irmã de um dos curas que participavam do comércio clandestino.

Outro aspecto que podemos apontar é a trajetória seguida por esses homens que demarcavam as rotas comerciais entre as terras portuguesas e espanholas. Desta maneira, os portugueses por meio da fronteira oeste acessavam as tão desejadas minas de prata e os espanhóis as de ouro. Esse caminho além de levar aos metais

---

<sup>20</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775. Cd rom 4, rolo 143, doc. 279...

<sup>21</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775. Cd rom 4, rolo 143, doc. 279...

preciosos, permitia aos portugueses entrarem no território espanhol em direção ao Pacífico e os espanhóis ao Atlântico.<sup>22</sup>

Em novembro de 1775, o alferes Manoel realizou uma nova viagem para a missão de Madalena e lá se encontrou com o procurador da Coroa André Mestre que o recebeu com *grande demonstração de afeto* e muito agradeceu a *boa vizinhança*, por socorrer os curas nas suas enfermidades. André Mestre perguntou-lhe se o governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso estava na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, pois *na junta dos rios se desejava avistar com V. Ex que tenha certo assunto que tratar*. Em seguida, o procurador partiria para Exaltação, ficaria por quatro dias, seguindo para São Pedro, para enfim partir para Loreto e depois Santa Cruz. Nessa estadia em Madalena, o alferes soube que vinte e quatro homens estavam morando nas missões em Loreto, Exaltação e Madalena com a finalidade de embarçarem qualquer alvoroço. Do mesmo modo, se encontrou com José Franco e soube que na missão de Trindade o novo cura era sobrinho do Bispo de Santa Cruz e que já tinha conseguido *contratar* com ele trezentas cabeças de bois capados. Quanto ao inglês João Madan, se encontrava no Peru.<sup>23</sup> Como se vê, à medida que os territórios iam sendo percorridos novas alianças eram acertadas. A rede comercial gradativamente se ampliava contando com a participação de pessoas importantes na vida política e religiosa.

De Madalena, o alferes Manoel enviou pelo sargento Matheus Salvador de Espinha cento e um pesos e quatro reais, além de cartas, inclusive de André Mestre ao governador Luis de Albuquerque. André agradecia a carta enviada pelo governador Luis de Albuquerque em abril, assim como o anel de diamante, fruto das *ricas províncias de su mando*. Em troca remetia como demonstração de seu afeto e da sincera vontade e *de la felis union en que se dallan nuestros Augustos Soberanos en el dia, segun me avisan de la Corte por las ultimas cartas del mês de abril de este ano...*, dois pesos de prata lavrada.<sup>24</sup>

Em 1777, Luis de Albuquerque, em carta ao Marques de Pombal, informou que dois contrabandistas espanhóis tinham partido para Chuquesaca e Potosi, navegando pelos rios Guaporé e Mamoré. Eles transportavam mais de doze mil cruzados em

<sup>22</sup> Essa possibilidade é apontada por Corsino Medeiros dos Santos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998, p.204.

<sup>23</sup> Ofício do governador e capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da marinha e ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 20/07/1775...; Cópia de uma carta do comandante da Fortaleza de Conceição escrita ao governador Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Fortaleza da Conceição 26/06/1775, doc. 290; Ofício de Luis de Albuquerque a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela 30/12/1775, doc. 382 (anexos). Cd rom 4, rolo 14 - AHU- MT.

<sup>24</sup> Carta de André Mestre a Luis de Albuquerque. San Pedro de Moxos, 15/??/1775. Cd rom 4, rolo 14, doc. 382 ( anexo carta n.3) – AHU – MT.

gêneros, que o governador persuadiu-os a levar. O governador ainda auxiliou-os na preparação da embarcação *para a dita viagem, que há de ser clandestina*.<sup>25</sup> Por outro lado, os dois contrabandistas tinham deixado trezentas bestas muares e alguns homens para vendê-las na vila-capital, prometendo regressar à vila com prata. Na documentação a que tivemos acesso, não encontramos informações sobre essas vendas, em qual lugar da vila eram realizadas e quem eram os compradores. Interessante lembrar que na vila-capital havia uma rua chamada dos Mercadores e é quase certo que a moeda de troca era o ouro.<sup>26</sup>

Os portugueses ofereciam, além de mercadorias européias, o ouro da capitania de Mato Grosso em barras e em pó. Eles partiam de Vila Bela em canoas ou a pé em direção aos domínios de Espanha para vender os seus produtos. Em troca, os curas e os particulares ofereciam a prata lavrada, pinhas ou amoedadas, além de gado, cavalos ou muar.<sup>27</sup>

Consideramos que os curas espanhóis foram os grandes intermediários na efetivação do comércio clandestino com os domínios lusos, assim como os oficiais de milícia do lado português que tinham nos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso a principal pessoa da hierarquia administrativa, controlando e regulando essas atividades no território. Os negócios desenvolvidos envolviam gêneros diversos, embora durante todo o tempo o ouro e a prata fossem os principais interesses de ambos os domínios.

Para que as comunicações e a efetivação do comércio clandestino fossem bem sucedidas, diversas pessoas em diferentes esferas dos impérios coloniais tinham que ser envolvidas. As ações, ora apresentadas, contavam com a participação do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o governador da Província de Moxos, D. Leon, do procurador da Coroa espanhola André Mestre, de oficiais militares da capitania de Mato Grosso, dos religiosos das missões, de comerciantes como José Franco e o inglês José

---

<sup>25</sup> Ofício de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Marques Pombal. Vila Bela 31/01/1777. Cd rom 4, rolo 17, doc. 215 - AHU- MT. (nota 40).

<sup>26</sup> Segundo Zacaria Moutoukias, em Buenos Aires, do século XVII, havia duas maneiras de atravessar os produtos contrabandeados, transformando o comércio clandestino em legal com consentimento das autoridades. A primeira, quando um navio buscava refúgio na costa nordeste do Rio da Prata, estabelecendo em seguida contatos com pessoas que conduziam as mercadorias até as lojas. Mas, o freqüente era a embarcação declarar arribada e parar para reparos causados por temporal ou estragos. Amparado pelas leis, pedia autorização para vender a carga e assim poder pagar os consertos. Em qualquer um dos casos as mercadorias eram vendidas e repassadas para as lojas. Do mesmo modo, poderiam ocorrer "confiscos e vendas simulados", sendo as mercadorias comercializadas em praça pública. Havia, portanto, todo um aparato ligando comerciantes locais e estrangeiros, autoridades régias e locais. Zacarias Moutoukias. Op.cit., p. 235

<sup>27</sup> Corcino Medeiros dos Santos. Op.cit., pp.195-205.

Madan. Estes dois últimos transitavam pelos territórios hispânicos levando suas cargas e obtendo informações. Tem-se aqui, a nosso ver uma rede comercial composta por diferentes autoridades laicas e religiosas e que vinha sendo tecida, assim como os seus pontos-chaves de trocas e encontros, desde a administração de D. Antonio Rolim de Moura, na capitania de Mato Grosso.

### **Bibliografia**

BETHENCOURT, Francisco. "A América portuguesa". In: "A América portuguesa". In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Vol. 3. Espanha: Temas e Debates, 1998.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América portuguesa (1776-1796)*. Dissertação de Mestrado em História, PPGH, Dep. de História, ICHS, UFMT, Cuiabá, 2003.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, FRAZÃO, Gabriel e SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735. *Topoi*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFRJ. V. 5, n. 8, jan. - jun., 2004, pp. 96- 137.

*Instruções aos capitães-generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 14.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos*. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). Tese de Doutorado em História, PPGH, UFF, Niterói, 2006. (capítulo 10)

MEIRELES, Denise Mald. *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Vozes: Petrópolis, 1989.

MOUTOUKIAS, Zacarias. "Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites. Buenos Aires en el siglo XVII. *Anuario del IEHS*, Tandil, 1988.

PIJNING, Ernst. *Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century- Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado: Baltimore, Maryland, 1997.

SANTOS, Corsino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998.

SOUTEHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Obelisco, 1965. Vol. 5.